



# ASSUNTOS LEGISLATIVOS DO CONSELHO SETORIAL DA INDÚSTRIA MINERAL



# PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 68/2024.

1

## FOCO

De autoria do Poder Executivo. A Proposição em epígrafe institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS) e dá outras providências.

2

## EMENDAS

Até o momento, possui um total de 1367 emendas parlamentares realizadas.

3

## TRAMITAÇÕES

1 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

2 - PLEN - Plenário do Senado Federal.

4

## SITUAÇÃO ATUAL

Encontra-se no Senado Federal, mais precisamente na Secretaria de Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ainda está recebendo emendas, atualizado em 02.10.2024.

# Ações da CNI

- A CNI atuou na elaboração de notas técnicas, nas sugestões e apresentações de emendas aos parlamentares, atuou também no monitoramento do cenário político, nas reuniões de alinhamento com agentes internos e externos, atuou no acompanhamento da instalação de grupos de trabalho sobre o tema, bem como das audiências públicas realizadas, no acompanhamento da tramitação legislativa e participação em audiências públicas.
- Com relação ao mérito do Imposto Seletivo, foram sugeridas as seguintes alterações formalizadas em emendas apresentadas à CCJ do Senado Federal:

# Ações da CNI

1. **Isonomia:** Adequar a redação normativa para garantir clareza e consistência no tratamento dado ao carvão mineral, reconhecendo a sua natureza de bem mineral.
2. **Supressão da incidência no carvão:** Suprimir da incidência do Imposto Seletivo sobre o carvão mineral é importante para evitar o grave problema da cumulatividade, considerado um dos principais objetivos da reforma tributária.
3. **Alíquota zero para insumos das cadeias produtivas:** Com relação à incidência do Imposto Seletivo sobre bens minerais, inclusive carvão, sugere-se fixar em 0% as alíquotas do Imposto Seletivo incidentes sobre operações com bens minerais extraídos, inclusive nas operações com carvão mineral.
4. **Exportações:** Assegurar que não haverá incidência do Imposto Seletivo sobre as exportações de bens minerais extraídos.

# PROJETO DE LEI Nº 957/2024.

1

## FOCO

De autoria do Dep. Filipe Barros (PL/PR). A proposição propõe alterar dispositivos do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, o Código de Mineração, da Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, e da Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989.

2

## EMENDAS

Sem Emendas.

3

## TRAMITAÇÕES

- 1 - CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.
- 2 - CME - Comissão de Minas e Energia.
- 3 - CFT - Comissão de Finanças e Energia.
- 4 - CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

4

## SITUAÇÃO ATUAL

Está aguardando parecer na Comissão de Meio Ambiente com o Relator Sen. Rafael Prudente (MDB/DF) - (07.05.2023).

# Ações da CNI

- A CNI defendeu a necessidade de aprofundamento do debate sobre o tema na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CMADS, realizando diversas sugestões no parlamento em conjunto com seu Conselho de Mineração, notadamente junto ao primeiro relator, Dep. Joaquim Passarinho (PL/PA), com base em material técnico elaborado pelo Conselho.
- A CNI também atuou junto ao segundo relator, Dep. Rafael Prudente (MDB/DF) que a pedido da FIBRA avocou a relatoria para si e se comprometeu a não dar prosseguimento à tramitação da matéria sem que haja um alinhamento adequado.
- Perspectiva é de que a matéria não irá avançar neste ano.

# OBSERVAÇÃO



- O Dep. Rafael Prudente, Presidente da Comissão de meio Ambiente, somente irá analisar o respectivo Projeto de Lei nº 957/2024, somente após as eleições. O tema perdeu relevância, que assustou o Setor Mineral no início.

# PROJETO DE LEI Nº 2973/2023.

1

## FOCO

De autoria do Senador Zequinha Marinho (PT/PA). A Proposição propõe alterar a Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989, para prever a possibilidade de outorga de lavra garimpeira em área onerada por requerimento de pesquisa ou autorização de pesquisa.

2

## EMENDAS

Sem Emendas.

3

## TRAMITAÇÕES

1 - CMA - Comissão de Meio Ambiente.

2 - CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura.

4

## SITUAÇÃO ATUAL

Está Aguardando parecer do Relator Sen. Beto Faro (PT/PA) na Comissão de Meio Ambiente em 17.04.2024, Parecer Favorável na Comissão de Infraestrutura, pelo Relator Sen. Vanderlan Cardoso (PSD/GO) - (13.06.2023).



# Ações da CNI

- O Presidente do Conselho de Mineração entrou em contato com o relator da matéria na Comissão de Infraestrutura - CI, Senador Vanderlan Cardoso (SD/GO) para pedir a retirada da matéria de pauta.
- A CNI elaborou material técnico defendendo a manutenção do direito de prioridade e articulou para que a matéria fosse redistribuída para a Comissão de Meio Ambiente - CMA, onde o Sen. Beto Faro (PT/PA) assumiu a relatoria.
- Perspectiva é de que a matéria não avançar neste ano.

# PROJETO DE LEI Nº 2780/2024.

1

## FOCO

De autoria da Dep. Duda Ramos (MDB/RR). Propõe instituir a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral, e dá outras providências.

2

## EMENDAS

Sem Emendas.

3

## TRAMITAÇÕES

- 1 - CDE - Comissão de Desenvolvimento Econômico.
- 2 - CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.
- 3 - CME - Comissão de Minas e Energia.
- 4 - CFT - Comissão de Finanças e Tributação.
- 5 - CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania..

4

## SITUAÇÃO ATUAL

Comissão de Desenvolvimento Econômico desde o dia 08.08.2024 e está aguardando a designação de Relator para emissão de Parecer.

## Ações da CNI

- Sem posição até o momento, aguardando manifestações das Áreas Técnicas, Federações e Setores interessados.

# PROJETO DE LEI Nº 2159/2021.

1

## FOCO

De autoria da Câmara dos Deputados. A Proposição em epígrafe dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

2

## EMENDAS

Recebeu recentemente a Emenda 080 promovida em 11.09.24 pelo Sen. Flavio Azevedo (PL/RN).

Está na Comissão de Agricultura aguardando parecer sobre a emenda.

3

## TRAMITAÇÕES

1 - CMA - Comissão de Meio Ambiente.

2 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

3 - PLEN - Plenário do Senado Federal.

4

## SITUAÇÃO ATUAL

CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

# Ações da CNI

- Foram realizadas diversas reuniões com a Senadora Tereza Cristina (PP/MS), que é a relatora na Comissão de Agricultura, e que concordou em suprimir o dispositivo que retira o setor minerário do escopo da Lei.
- A CNI submeteu à sua avaliação, propostas para tornar a supressão, uma emenda de redação.
- Perspectiva: Matéria não deve avançar neste ano.

# OBSERVAÇÃO



- Está na Casa Revisora; Recebida a Emenda nº 80 feita pelo Senador Flavio Azevedo (CRA: Matéria com a Relatoria; em 13.09.2024) - Continua enrolada. O consenso é que a mineração seja incluída no PL, segundo o Presidente da ANM.

# PROJETO DE LEI Nº 10.874/2018.

1

## FOCO

De autoria do Dep. Lincoln Portela - PR/MG. A Proposição em epígrafe Proíbe a mineração em faixa de 10 KM (dez quilômetros) no entorno de unidades de conservação.

2

## EMENDAS

Sem Emendas.

3

## TRAMITAÇÕES

1 - CME - Comissão de minas e Energia.

2 - CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

3 - CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

4

## SITUAÇÃO ATUAL

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento sustentável com o novo Relator Dep. Covatti Filho (PP/RS) – aguardando parecer. (23.05.2024). Não teve emendas no prazo previsto.

# Ações da CNI

- A CNI defendeu a não aprovação da matéria na Comissão de Minas e Energia - CME. E foi retirado o caráter conclusivo da apreciação pela Comissão, e a deliberação em Plenário é improvável.
- Na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CMA, foi solicitado ao Dep. Covatti Filho (PP/RS) que assumisse a relatoria.
- Sem perspectiva de deliberação neste ano.
- **OBS:** Caráter Conclusivo é o Projeto de Lei que não precisa ir para a Plenária para que seja considerado aprovado pela Câmara, mas apenas aprovado pelas comissões designadas para analisá-lo. Fonte: Agência Câmara de Notícias



# DESTAQUES



- O parecer do Relator Dep. Zé Silva, foi pela aprovação do texto com o substitutivo, sendo assim, foi apresentado o texto substitutivo para votação.
- Porém, em janeiro o Deputado Zé Silva saiu da Relatoria da presente Proposição, foi então designado o Deputado Covatti Filho (PP-RS), segue um breve resumo da Biografia do Dep. Covatti.
- Luis Antonio Franciscatto Covatti, nasceu em 25.07.1987, natural de Frederico Westphalen/RS, é Agricultor e possui Ensino Superior completo. Está em seu 3º Mandato como Deputado Federal, já atuou como Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural em Rio Grande do Sul. Participou da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – (CMADS), na qual exerceu a função de Presidente da Comissão, e na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – (CMADS) nesse caso foi Suplente, essa foram as comissões em que ele participou na 56ª Legislatura.



# DESTAQUES

- E na 55ª Legislatura participou da comissão de Minas e Energia – (CME) como Suplente, nos períodos compreendidos entre 11.03.2015 a 02.02.2016.
- **COMISSÃO ESPECIAL:**
  1. PLP 420/14 - TRIBUTAÇÃO MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: 1º Vice-Presidente, 31/05/2017 - 31/01/2019.
  2. PL 4567/16 - PETROBRAS E EXPLORAÇÃO DO PRÉ-SAL: Titular, 06/07/2016 - 10/11/2016.
- **COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO:**

CPI - PETROBRAS: Titular, 10/03/2015 - 10/03/2015.



# CONSULTA PÚBLICA N° 05, DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM.

1

## FOCO

A Consulta Pública em epígrafe, foi aberta pela Agência Nacional de Mineração (“ANM”) Em 25/06/2024, com a finalidade de obter subsídios do setor regulado que buscam simplificar a outorga e tornar mais eficiente o processo de requerimento do Regime de Licenciamento.

2

## CONTRIBUIÇÕES

Até o momento, possui um total de 228 contribuições realizadas.

3

## TRAMITAÇÕES

Saiu da Coordenação de Política Regulatória e enviado a agenda Regulatória - ET3 no dia 11.09.2024.

Processo:  
48051.004086/2021-11  
andamento pelo SEI (Sistema Eletrônico de Informações).

4

## SITUAÇÃO ATUAL

Encontra-se no COPRE - Coordenação de Política Regulatória.

# PROJETO DE LEI Nº 3707/2024.

1

## FOCO

De autoria do Sen. Jorge Barbalho (MDB/PA). A proposição propõe aumento do limite da alíquota e definição de novos percentuais de incidência da CFEM.

2

## EMENDAS

Sem Emendas.

3

## TRAMITAÇÕES

- 1 - CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura.
- 2 - CAE - Comissão de Assuntos Econômicos. (Deliberação Terminativa).

OBS: ART. 92 do Regimento Interno do Senado - Deliberação Terminativa é aquela decisão que não precisa ir para o plenário, a menos que haja um recurso, porém seguem o mesmo Rito Processual das Proposições que passam pelo crivo de processual do Plenário, turnos, prazos, emendas, votações debates.

4

## SITUAÇÃO ATUAL

Está aguardando designação de Relator para emissão de parecer na Comissão de Infraestrutura - (09.10.2024).

# Ações da CNI

- Sem posição até o momento, aguardando manifestações das áreas técnicas, federações e setores interessados.



# OBRIGADO

GERÊNCIA DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS | SISTEMA FIEP

